

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.895 - SP
(2019/0234343-0)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : JULIAN RODRIGO DE MATTOS
ADVOGADOS : PEDRO AFONSO KAIRUZ MANOEL - SP194258
MAURICIO REHDER CESAR - SP220833
EMBARGADO : SANTANNA & KRUGNER LTDA
ADVOGADOS : MARCELO BIZARRO TEIXEIRA - SP110450
LARISSA BIZARRO TEIXEIRA - SP343358

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face de decisão de fls. 353-358 (e-STJ), na qual neguei provimento ao agravo em recurso especial.

O embargante aponta omissão e contradição na decisão embargada. Argumenta que "O comando contido na norma e seus parágrafos é muito claro no sentido de que a apelação devolverá (imperativo) ao Tribunal, o conhecimento da matéria impugnada (matéria impugnada no processo, desde a origem), e que serão objeto de apreciação e julgamento, também, todas as questões suscitadas e discutidas no processo. Veja-se, todas as questões suscitadas no processo" (fl. 362, e-STJ).

Não houve impugnação da parte embargada (fl. 369).

O recurso não merece prosperar.

Da leitura dos autos, não identificado, na decisão embargada, nenhum dos vícios necessários ao conhecimento dos embargos declaratórios, a teor do art. 1022 do Código de Processo Civil/2015, adstrito à correção de omissão, contrariedade, obscuridade ou, ainda, erro material. Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. FALÊNCIA. IMPONTUALIDADE. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. EXECUÇÃO FRUSTRADA. DESNECESSIDADE. LIQUIDEZ DO TÍTULO. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO PARA INCLUSÃO DO VALOR DOS ENCARGOS E ABATIMENTO DOS PAGAMENTOS PARCIAIS. ACLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. DESCABIMENTO. (...) 2. Ausentes as hipóteses insertas no art. 535 do CPC, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade, não merecem acolhida os embargos que

se apresentam com nítido caráter infringente, onde se objetiva rediscutir a causa já devidamente decidida. 3. Caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, ensejando a aplicação da multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC. 4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa. (EDcl no AgRg no Ag 1073663/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/08/2011, DJe 16/08/2011.)

Observe-se que, em sua petição, a parte embargante não se desincumbiu de demonstrar a omissão, obscuridade ou contradição no julgado embargado, fazendo arguições insuficientes e sem similitude com o disposto no art. 1022 do Código de Processo Civil/2015.

Nesse sentido, ficou registrado o seguinte na decisão embargada (e-STJ, fls. 354-358):

Com efeito, o Tribunal de origem, ao julgar a causa, assim entendeu (fls. 267-274, e-STJ):

No caso presente, as genéricas alegações contidas no recurso do autor não justificam a anulação da sentença para produção de prova oral, porquanto não logrou comprovar a necessidade da prova pleiteada. limitou-se a alegar que foi requerida tempestivamente, bem como protestada por ambas as partes.

Assim, conclui-se que as provas carreadas aos autos são suficientes para a comprovação dos fatos controvertidos, de maneira que o julgamento do feito prescinde da produção de outras provas.

Se o D. Magistrado entende que há nos autos prova suficiente para a formação de sua convicção, bem como que a prova pleiteada em nada colaborará para a elucidação dos fatos, poderá, como o fez, julgar o processo no estado em que se encontrava.

Diferentemente do alegado pela apelante, o julgamento da controvérsia prescinde da produção prova testemunhal. Os documentos juntados aos autos e as demais provas já produzidas mostram-se suficientes para a elucidação dos fatos controvertidos. Superada a preliminar, passa-se a análise da matéria de fundo.

3. Depreende-se dos autos que as partes firmaram contrato de franquia de estabelecimento comercial denominado "Sushizilla", com pagamento de R\$ 40.000,00, em cumprimento ao disposto na cláusula

14ª da avença.

Contudo, após efetuar os pagamentos devidos, o requerente notou que foi induzido a erro na medida em que a empresa ré não se tratava de uma empresa franqueadora, bem como a marca não pertencia ao requerido.

Neste cenário, ajuizou a presente demanda pleiteando a declaração de nulidade do contrato bem como a restituição dos valores pagos e a condenação do réu nos danos morais suportados pelo autor em razão do protesto indevido de título.

Pois bem.

4. No tocante à ausência de registro de marca pelo franqueado, nota-se que a assertiva levantada pelo recorrente está desprovida de qualquer demonstração de eventual prejuízo.

O fato de o requerido na ação principal não ser detentor dos direitos e garantias da marca não se mostra plausível, tampouco suficiente para o acolhimento do pedido de nulidade do contrato de franquia firmado entre os litigantes.

Ressalte-se que a ausência de aprovação pelo órgão competente, apenas restringe a proteção aos signos marcários estabelecida pela Lei nº 9.279/96, mas não impede a utilização ou cessão comercial da marca.

Não há nos autos qualquer demonstração de dificuldade na execução do contrato pela falta de registro da marca "Sushizilla" junto ao INPI, nem qualquer óbice ao desenvolvimento da atividade empresarial.

Dessa forma, ausente nexo causal entre a conduta omissa do réu, no que se refere à falta de informação sobre o registro da marca, e o prejuízo alegado pelo autor, não há que se cogitar na anulação do contrato por vício de consentimento, conforme pretendido pela parte requerente .

(...).

Consigne-se, ainda, que o referido pedido está em fase de registro, tendo o requerido depositado sua marca em 01/10/2015, encontrando-se em disputa junto à autarquia (fls. 143 e ss), o que autorizaria o autor a consignarem pagamento os valores devidos, conforme ressaltado pelo D. Magistrado sentenciante .

5. No que concerne à alegação de fraude em razão da classificação da marca diversa da atividade, melhor sorte não assiste o recorrente. Isto porque, a coerência entre o ramo da atividade empresarial e o registro da marca, têm por escopo enquadrar uma marca dentro de subgrupos de produtos e serviços para impedir que outras marcas semelhantes tentem registrar na mesma classe e coloquem em

circulação produtos ou serviços que possam induzir o consumidor a erro.

Portanto, a questão atinente à classificação da marca em questão em nada influencia no desempenho da atividade empresarial pelo franqueado que, repisa-se, não demonstrou qualquer empecilho durante a vigência do contrato.

6. Em sua inicial o requerente defende a restituição de R\$ 41.000,00 a título de danos materiais, sendo R\$ 40.000,00 pela taxa de franquia, inclusive despesas no montante de R\$ 1.000,00.

Conforme explicitado alhures, os motivos elencados pelo autor não acarretam a nulidade do contrato, razão pela qual indevida a restituição de R\$ 40.000,00 a título de taxa de franquia e uso da marca, nos moldes estabelecidos pela cláusula 14º do contrato firmado entre as partes (fls. 31).

Nota-se que o requerente busca a ruptura do vínculo contratual por razões estritamente pessoais, em outras palavras, percebe-se que o requerente se arrependeu do negócio jurídico celebrado, o que, por si só, não se mostra suficiente para acolhera pretensão autoral.

Frise-se que, em se tratando de contrato com prazo determinado, celebrado por partes capazes e respeitado os requisitos formais para celebração, irrazoável a pretensão deduzida na exordial que, data vênua, eliminaria a álea do negócio.

Cediço que o risco do negócio é característica inerente dos contratos empresariais, além de que não há qualquer garantia de retorno ou lucratividade no instrumento firmado entre as partes.

Anoto, ainda, que a desistência ou insucesso negócio não implica na devolução da taxa de franquia, cuja eficácia reconhecida com lastro no princípio da boa-fé objetiva.

Portanto, correto o posicionamento do MM. Juízo *a quo* no sentido de afastara pretensão de ressarcimento da taxa de franquia e determinar a restituição de R\$ 1.000,00, vez que não houve impugnação específica quanto a este valor, tampouco há previsão contratual de despesa extra nesse montante.

7. Por corolário, reconhecida a validade do contrato firmado entre as partes, de rigor o acolhimento do pedido reconvencional para condenar o franqueado ao pagamento dos royalties devidos à base de 5% do faturamento bruto da autora durante o período do contrato, conforme disposto na cláusula 15ª (fls. 31), a ser apurado em liquidação de sentença.

8. No que se refere ao protesto do título no importe de R\$ 3.000,00, o réu não logrou êxito em demonstrara legalidade ou procedência da

cobrança, razão pela qual indevida a inscrição do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito.

Frise-se que o requerido não trouxe sequer um documento que indicasse a contratação de qualquer serviço, tampouco indicou alguma cláusula contratual que justificasse a cobrança deste valor, ou seja, a contestação veio desprovida de elementos de convicção, o que leva à conclusão de que as assertivas lançadas na petição inicial são verdadeiras.

Com efeito, a inscrição indevida do nome da parte nos cadastros de inadimplentes acarreta dano moral *in re ipsa*, dispensando a comprovação efetiva dos prejuízos suportados.

O dano moral nestes casos é presumido, bastando a inserção irregular do nome da parte nos cadastros de maus pagadores para restar caracterizado o abalo moral, com conseqüente dever de indenizar.

(...).

9. Reconhecida a ocorrência do dano moral indenizável, resta apenas a sua quantificação.

(...).

11. No mais, não conheço do recurso interposto pelo requerido, Julian Rodrigo de Mattos ME, eis que as razões de apelação reproduziram *ipsis litteris* os argumentos dispostos na contestação, sem atacar especificamente o raciocínio lógico empregado pelo D. Magistrado *a quo*.

Preceitua o artigo 1.010 do Novo Código de Processo Civil: "A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterá :I. os nomes e a qualificação das partes; II. a exposição do fato e do direito; III. as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade; IV. o pedido de nova decisão."

Da leitura do artigo em comento, verifica-se que as partes devem observar alguns requisitos ao interpor o recurso de apelação, dentre eles, está o inciso II, ou seja, os fundamentos de fato e de direito pelos quais a parte recorrente acredita ser necessária uma nova decisão.

Sendo assim, caberia a apelante demonstrar de forma pormenorizada as razões que poderiam subsidiar o seu pedido de reforma do ato impugnado.

(...).

Observe que, no caso concreto, em nenhum momento o recorrente questiona os argumentos lançados na sentença no sentido da não incidência da multa contratual ou do cabimento dos danos morais,

pontos supostamente devidos a esta Corte.

Com efeito, o recurso deve observar o princípio da dialeticidade, ou seja, apresentar os motivos pelos quais a parte recorrente não se conforma com o julgado recorrido, a fim de permitir ao órgão colegiado cotejar os fundamentos lançados na decisão judicial com as razões expendidas no recurso.

No caso, o Colegiado estadual aplicou o referido princípio em relação à questão tratada nos autos, uma vez que a parte agravante não observou esse princípio ao interpor seu recurso.

Nesse contexto, há que se manter o julgado recorrido, uma vez que, se o recurso não foi conhecido em relação a essa matéria, não pode esta Corte, nesta instância de recurso, dela conhecer sob pena de supressão de instância.

Com efeito, a Corte estadual concluiu que "em nenhum momento o recorrente questiona os argumentos lançados na sentença no sentido da não incidência da multa contratual ou do cabimento dos danos morais" (fl. 274). Assim, não há que se falar em contrariedade ao art. 1.013 do CPC, se a matéria impugnada não foi efetivamente devolvida ao conhecimento do Tribunal.

Nesse contexto, não havendo omissão ou contradição na decisão embargada, mantém-se o julgado embargado tal como posto.

Em face do exposto, não configurado vício na decisão ora embargada, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora